Recuperação do input tax e isenção parcial

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma empresa que realiza fornecimentos tributáveis e isentos só pode recuperar o imposto pago nas aquisições (input tax) atribuível aos fornecimentos tributáveis. O input tax atribuível a fornecimentos isentos só é recuperável se os fornecimentos isentos se enquadrarem na regra de minimis ou na lista do regulamento 33 das GST (General) Regulations. Essa lista abrange certos fornecimentos financeiros feitos a pessoas no exterior ou a contribuintes registrados.[1] Para uma empresa de DPT, isso significa que o fornecimento isento de tokens a clientes de Singapura bloqueia a recuperação de uma parcela proporcional do input tax sobre despesas gerais, enquanto o mesmo fornecimento a clientes no exterior tem alíquota zero e permite a recuperação.

O Guia confirma que os fornecimentos isentos de DPT podem ter alíquota zero quando contratualmente feitos a uma pessoa que pertence ao exterior e que beneficia diretamente uma pessoa no exterior ou uma pessoa de Singapura registrada no GST, desde que o destinatário não esteja em Singapura quando o serviço é prestado.[2] O status de pertencimento é determinado pelas regras normais e, quando não puder ser razoavelmente verificado, o Guia admite indicadores substitutos: pelo menos dois elementos de prova não conflitantes entre indicadores de pagamento, residência e

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

acesso. Na falta deles, presume-se que o cliente pertence a Singapura. A abordagem por indicadores é uma concessão à realidade de que as exchanges nem sempre sabem onde está o titular de uma carteira, e impõe um dever de coleta de dados que se sobrepõe à diligência devida sobre clientes descrita na Parte L, Capítulo II. O dossiê de KYC deve registrar as provas de residência em uma forma que a equipe de GST possa utilizar.

Notas

1. Goods and Services Tax (General) Regulations, regs. 28 (regra de minimis), 29–30 (rateio proporcional) e 33 (fornecimentos isentos considerados tributáveis para fins de input tax). ↩
2. IRAS, e-Tax Guide *GST: Digital Payment Tokens*, terceira edição, 30 de janeiro de 2026, seção sobre alíquota zero (fornecimentos a pessoas que pertencem ao exterior) e sobre a determinação do status de pertencimento, incluindo indicadores substitutos. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.